

Fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte à publicação no Jornal Oficial do Município de Londrina do presente RESULTADO, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente da COHAB-LD.

Londrina, 18 de outubro de 2022. Daniela Baltazar Dias Rossafa - Presidente da Comissão Especial de Licitação

FEL - FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE LONDRINA

TERMO

APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 16/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO a parceria Nº 16/2022, que entre si celebram a FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE LONDRINA e a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE LONDRINA, com vistas ao desenvolvimento da modalidade de VOLEIBOL FEMININO do programa ADULTO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Com base na lei 13.019/2014 e tendo em vista a adequação do uso dos recursos financeiros por dotação orçamentária, a *Fundação de Esportes de Londrina - FEL*, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Marcelo Gonçalves Mendes Oguido resolve **apostilar** o novo Plano de Aplicação Geral, da Parceria 16/2022 celebrado com a Associação Atlética de Londrina, alterando as despesas do cronograma de desembolso, conforme PAG anexo aprovado pelo Diretor Técnico, Sr Claudemir Fattori e pelo Diretor Administrativo-Financeiro, Sr Gustavo Richa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo de apostilamento tem por fundamento a solicitação da tomadora e a necessidade de adequações da Fundação de Esportes face a parceria, aos sistemas SEI e EQUIPLANO da Prefeitura do Município de Londrina e ao sistema SIT do Tribunal de Contas do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições avençadas no Termo de Colaboração nº. 16/2022.

Marcelo Gonçalves Mendes Oguido - Diretor-Presidente

CONSELHOS

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL

EDITAL Nº 004/2022 – CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA convoca a sociedade civil organizada para o processo de **ELEIÇÃO COMPLEMENTAR** dos Membros Suplentes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **gestão novembro de 2021 a novembro de 2023**, de acordo com a Lei Municipal Nº 9.678/2004, alterada pela Lei Municipal nº 10.710/2009.

Considerando que o artigo 15 da lei Nº 9.678/2004 dispõe que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas;

Considerando que este Conselho é deliberativo e fiscalizador da política de garantia de direitos da criança e do adolescente no Município e é composto paritariamente entre representantes do governo e a da sociedade civil;

Considerando que o mandato das (os) conselheiras (os) é de dois anos e que antes de eleger-se a (o) candidata (o) e a Entidade da Sociedade Civil Organizada representada devem estar cientes das responsabilidades da (o) conselheira (o) de direito assim como ter **DISPONIBILIDADE** para participação na agenda de atividades do Conselho;

Considerando que este Conselho é composto por:

- Doze membros titulares, e seus respectivos suplentes, representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito preferencialmente dentre as áreas das políticas sociais afetas à criança e ao adolescente; e
- **Doze membros titulares, e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil organizada, assim distribuídos:**

Modalidade	Segmento	Número de vagas
A	Entidade de atendimento social à criança e ao adolescente.	0
B	Entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.	3
C	Entidade de defesa dos trabalhadores vinculados à infância e adolescência; e/ou organizações de profissionais afetos à área.	1
D	Entidade de estudos, pesquisa e formação, com intervenção política na área.	1
E	Entidade de defesa da melhoria das condições de vida da população, entidade e/ou movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.	2

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina,

CONVOCA

Art. 1º Para a eleição de escolha das entidades que representarão a sociedade civil no CMDCA - Londrina durante o biênio que se iniciou em 25 de novembro de 2021 a 24 de novembro de 2023.

Art. 2º Poderão participar do processo eleitoral todas as entidades da sociedade civil organizada **que atenderem aos critérios estabelecidos no Edital da eleição**, aprovado como parte integrante dessa deliberação.

Art. 3º Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Londrina, 19 de outubro de 2022. Magali Batista de Almeida - Presidente

PROCESSO ELEITORAL DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DO CMDCA – 2021/2023

1. DAS ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL

1.1. Calendário do Processo Eleitoral

CALENDÁRIO DE ELEIÇÃO COMPLEMENTAR	
Inscrições	21 à 26/10/2022
Publicação das inscrições homologadas	31/10/2022
Recurso	01 a 03/11/2022 até às 12h
Publicação resultado do recurso	04/11/2022
Eleições	07/11/2022
Publicação do resultado	08/11/2022
Posse	Imediatamente após o resultado das Eleições e publicação do Decreto

1.2 A Eleição se realizará em:

Data: 07 de novembro de 2022

Horário: 08:30 horas às 10:00 horas

Local: A eleição será de forma digital e será disponibilizado um link que será enviado via email às entidades habilitadas para participarem da eleição.

2. DOS OBJETIVOS:

Eleger 07 (sete) representantes da Sociedade Civil para suplência, para o biênio que se iniciou em 25 de novembro de 2021 e se findará em 24 de novembro de 2023, de acordo com o previsto na Lei Municipal 9.678/2004, já com as introduções da Lei 10.710/2009.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser realizadas pelo e-mail, eleicaocmdca2022@gmail.com das 00h00minutos do dia 21/10/2022 até às 23h59minutos do dia 26/10/2022.

3.2. Poderão se inscrever como candidatas (os) representantes dos seguintes segmentos:

- Entidades de Atendimento Social à Criança e ao Adolescente – não há vagas;
- Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – concorrendo a **três** vagas;
- Entidade de Defesa de Trabalhadores Vinculados à Infância e Adolescência e/ou Organizações de Profissionais Afetos à Área – concorrendo a **uma** vaga;
- Entidade de Estudos, Pesquisas e Formação com Intervenção Política e na Área da Criança e do Adolescente – concorrendo a **uma** vaga;
- Entidades de Defesa da Melhoria das Condições de Vida da População, Entidade e/ou Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – concorrendo a **duas** vagas.

Parágrafo único: As entidades do segmento de atendimento social à criança e ao adolescente que tenham registro ativo no CMDCA poderão se candidatar e, no caso de não apresentação de candidatura de outros segmentos, ficam elegíveis, conforme o disposto no item 3.3.

3.3 . Em caso de não preenchimento das vagas previstas por segmentos, serão considerados os parágrafos 8º e 9º, do Artigo 16, da Lei Municipal 9.678/2004 alterada pela lei municipal 10.710 de 2009, que indicam:

“§ 8º No caso de que em algum segmento não haja titular e suplente por não ter havido nenhuma outra entidade representando o segmento nas eleições a sequência dos eleitos seguirá sempre a ordem prevista nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.

“§ 9º Nos casos previstos no parágrafo anterior, a ordem sequencial seguirá apenas por segmento, uma entidade por segmento, e não como na formação inicial que prevê quantidades para cada segmento”.

3.4. Cada entidade somente poderá concorrer a um segmento.

3.5. As entidades eleitas terão mandato vigente dentro do biênio que se iniciou em 25 de novembro de 2021 e se findará em 24 de novembro de 2023, podendo ser reconduzidas uma única vez mediante novo processo eleitoral.

4. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CANDIDATURA

4.1. Os documentos relacionados neste item são obrigatórios e deverão ser entregues no ato da inscrição prevista no item 3 do presente edital.

4.2. Ofício endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina, indicando o nome do candidato a representante, bem como o segmento que representa, conforme anexo I;

4.3. Ata da Eleição e posse da atual diretoria devidamente registrada em Cartório, cópia autenticada do Estatuto da Entidade ou cópia simples, com apresentação do Estatuto original que será autenticado por servidor municipal, no Conselho;

4.4. Cópia de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

4.5. Cópia do Registro no CMDCA quando entidades de atendimento à Criança e ao Adolescente, referente à alínea “a”, do item 3.2;

4.6. Cópia de documento de identificação dos candidatas, com foto;

4.7. Via original da declaração de não vinculação à cargo, emprego ou função pública, efetivos ou comissionados, junto ao Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Executivo municipal, estadual ou federal tanto na administração direta e indireta das (os) candidatas (os), conforme anexo II;

4.8. Via original da Certidão Negativa de Antecedentes Criminais e Cíveis da Justiça Federal e da Estadual para das (os) candidatas (os), **no ato da posse se eleito.**

4.9. Para Movimentos e/ou Organizações Sociais que não possuam Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), dada a peculiaridade na forma de sua constituição, deverá ser apresentado:

- a) Comprovação de localização de sede ou representação ou atuação no município de Londrina;
- b) Cópia da Ata de reunião, assinada pelos integrantes do Movimento e/ou Organização, legitimando a indicação da candidatura;
- c) Estatuto da Instituição, devidamente registrado em cartório ou;
- d) Ata da constituição da diretoria atual;

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS CANDIDATURAS

5.1. Após o encerramento das inscrições a Comissão Eleitoral reunir-se-á para homologação das candidaturas, de acordo com os requisitos do presente edital e da Lei Municipal 9.678/2004, já com as alterações introduzidas pela Lei 10.710/2009.

5.2. A Comissão eleitoral publicará edital de homologação das inscrições, na homepage do CMDCA, <https://portal.londrina.pr.gov.br/editais-cmdca>, no dia 31 de outubro de 2022, a partir das 12h00.

5.3. Do resultado das homologações caberá recurso junto à Comissão Eleitoral, que deverá ser enviado para o e-mail eleicaocmdca2022@gmail.com do CMDCA, até às 12h00 do dia 03.11.2022.

5.4. O resultado do recurso será divulgado no dia 04 de novembro de 2022 na homepage do CMDCA, <https://portal.londrina.pr.gov.br/editais-cmdca>

5.5. As candidaturas homologadas participarão do processo eleitoral.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL

6.1. Poderão votar no processo eleitoral, Entidades cujos segmentos estão previstos no Artigo 16, I, "a" a "e" da Lei Municipal nº 9.678/2004, alterada pela Lei Municipal 10.710/2009. Deverão se credenciar para votar até o dia 04 de outubro de 2022 pelo e-mail eleicaocmdca2022@gmail.com, as (os) representantes das Entidades, através dos seguintes documentos:

- Ofício endereçado ao CMDCA, subscrito pela (o) Representante Legal da Entidade, comprovado por meio da última Ata de Eleição da Diretoria, ou por procurador legalmente constituído, contendo nome completo, R.G., C.P.F., e endereço do eleitor, bem como qualificação completa da Entidade;
- Cédula de identidade do eleitor;
- Cópia do registro no CMDCA para as entidades de atendimento social à criança e ao adolescente;
- Cópia do CNPJ, para entidades que não tenham registro perante o CMDCA.

6.2. Poderão votar ainda, as entidades candidatas devidamente homologadas pela Comissão Eleitoral, ficando estas dispensadas de apresentar novamente a documentação, caso tenham tido suas candidaturas homologadas.

7. DO VOTO

7.1. A eleição dar-se-á através do escrutínio secreto, conforme segmentos nomeados na cédula virtual, previstos no Artigo 16, I, "a" a "e" da Lei Municipal nº 9.678/2004.

7.2. Na cédula virtual, os nomes das Entidades candidatas e seus respectivos representantes serão dispostos de acordo com os segmentos, em ordem alfabética.

7.3. Cada nome será precedido de um quadrilátero, onde o eleitor escolherá:

- a) Zero representantes de Entidades de Atendimento Social à Criança e ao Adolescente;
- b) Três representantes de Entidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Um(a) representante de Entidade de Defesa de Trabalhadores Vinculados à Infância e Adolescência e/ou Organizações de Profissionais Afetos à Área;
- d) Um(a) representante de Entidade de Estudos, Pesquisas e Formação com Intervenção Política e na Área da Criança e do Adolescente;
- e) Dois (duas) representantes de Entidades de Defesa da Melhoria das Condições de Vida da População, Entidade e/ou Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.4. As sete entidades mais votadas assumirão a suplência, observada a regra do Item 3.3 em caso de não preenchimento das vagas previstas por segmentos.

7.5. O voto será direto, secreto, sendo considerado voto a manifestação de vontade expressa na cédula oficial digital.

7.6. Fica garantida a intenção do voto e os votos em número menor que o estabelecido nas alíneas mencionadas nas alíneas "a)" a "e)" do Item 7.3, após a análise da Comissão Eleitoral.

7.7. As mesas Receptora e Apuradora serão composta de 03 (três) membros cada, designados e credenciados pela Comissão Eleitoral.

7.8. Os membros designados para a mesa receptora não poderão ser candidatos.

7.9. A Comissão designará para a mesa um Presidente, um Secretário e um vice-secretário.

7.10. Os membros da mesa apuradora poderão ser os mesmos da mesa receptora.

7.11. A mesa é responsável pela recepção e entrega de urna e dos documentos à Comissão Eleitoral, bem como, pela elaboração da respectiva ata.

7.12. Ao Presidente da mesa receptora cabe a fiscalização e o controle da disciplina no recinto da votação.

- 7.13. No recinto da votação devem permanecer os membros da mesa receptora e o eleitor, isto durante o tempo estritamente necessário para o exercício do voto.
- 7.14. Dos trabalhos da mesa de votação será lavrada ata circunstanciada em modelo próprio elaborado pela Comissão Eleitoral.
- 7.15. Lavrar ata da votação, em 02 (duas) vias, constando todas as ocorrências;
- 7.16. Remeter à Comissão Eleitoral, depois de concluída a votação, todos os documentos referentes à eleição.

8. DA APURAÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS

- 8.1. Encerrada a votação, instalar-se-á, a seguir, no mesmo dia e local, a mesa apuradora.
- 8.2. Iniciada a apuração, os trabalhos não serão interrompidos. Os resultados serão registrados, de imediato, em ata lavrada em 02 (duas) vias e assinadas pelos integrantes da mesa apuradora.
- 8.3. As dúvidas que forem levantadas na escrutinação serão resolvidas pela mesa apuradora ou, não havendo consenso, pela Comissão Eleitoral.
- 8.4. Em caso de empate será eleita a entidade candidata no segmento previsto na alínea "a" do Item 3.2 com registro mais antigo junto ao CMDCA, e as entidades mais antigas, conforme data da fundação, no caso dos segmentos previstos nos itens "b" a "e" do Item 3.2.
- 8.5. Após a apuração dos votos, o Presidente da mesa apuradora colocará o conteúdo das urnas em envelope próprio que será devidamente lacrado diante dos membros da respectiva mesa.
- 8.6. A mesa apuradora encaminhará à Comissão Eleitoral seus envelopes, acompanhados de duas vias da Ata de Apuração respectiva.
- 8.7. A Comissão Eleitoral sistematizará o resultado das mesas apuradoras para a proclamação dos eleitos de cada segmento, na presença dos seus respectivos membros.
- 8.8. O resultado da eleição será divulgado conforme calendário do processo eleitoral.
- 8.9. A relação dos membros eleitos será encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Londrina para fins de nomeação conforme artigo 18 da Lei Municipal nº 9.678/2004.
- 8.10. Após a nomeação, a composição do Conselho será publicada no Jornal Oficial do Município.

Londrina, 19 de outubro de 2022. Magali Batista de Almeida – Presidente

ANEXO I INDICAÇÃO DE CANDIDATA (O) A REPRESENTANTE

Ao
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
À Comissão Eleitoral Complementar

A Organização _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizado à _____, vem por meio deste, apresentar a (o) candidata (o) para participar do processo eleitoral para conselheira (o) do CMDCA, bem como o seguimento:

Suplente: _____

RG: _____ CPF: _____

Entidade de atendimento social à criança e ao adolescente.	()
Entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.	()
Entidade de defesa dos trabalhadores vinculados à infância e adolescência; e/ou organizações de profissionais afetos à área.	()
Entidade de estudos, pesquisa e formação, com intervenção política na área.	()
Entidade de defesa da melhoria das condições de vida da população, entidade e/ou movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.	()

_____, ____ de _____ de 2022.

Representante Legal, RG e CPF

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE

Eu _____, CPF nº _____, RG nº _____, indicada (o) como candidata (o) à Conselheira (o) de Direito da Criança e do Adolescente, **DECLARO**, para fins de registro de candidatura perante o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, que **NÃO EXERÇO** cargo, emprego ou função pública, efetivos ou comissionados junto ao Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Executivo municipal, estadual ou federal tanto na administração direta e indireta.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

_____ de _____ de 2022.

Candidato (a) a Conselheiro (a)
Nome Completo e Assinatura

CMDI - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 20/2022- CMDPI

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação da Deliberação nº 016/2022 do CEDI-PR

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 13.354, de 14 de outubro de 2022 e

CONSIDERANDO a Deliberação N.º-16/2022 do CEDI-PR que:

“Estabelece os procedimentos de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo, exclusivamente para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) sem fins lucrativos, conforme Lei Federal nº 10.741 de 01 de Outubro de 2003– Estatuto da Pessoa idosa;

CONSIDERANDO a reunião (extraordinária e online) do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Londrina, Paraná, realizada em 18 de outubro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º: APROVAR o Termo de Adesão do Repasse do Incentivo à ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas) de Londrina, sem fins lucrativos, abaixo nominadas:

- Asilo São Vicente de Paulo (R\$ 73.500,00);
- Sociedade Espírita de Promoção Social (R\$ 49.000,00);
- Lar Maria Tereza Vieira (R\$ 49.000,00);
- Casa do Bom Samaritano (R\$ 16.800)

Art. 2º: APROVAR o Plano de Ação referente a Deliberação nº 016/2022, do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR;

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Londrina, 18 de outubro de 2022. Luciana Ferreira Alvarez - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

ENTIDADES

INSTITUTO MATHEUS EMMANUEL DE LONDRINA – IMEL

RESULTADO

RESULTADO DE PUBLICAÇÃO, em atenção à abertura de prazo para recebimento de propostas para compra de Materiais de Limpeza e Produtos de Higiene do **CEI Iracema Helene campregher**, publicada no JOM nº 4590, página 69, de 23/04/2022, foi declarada, conforme registro em ata da diretoria da instituição as **empresas vencedoras**, pelo critério de menor preço por item ofertado: Empresa 01- Bruxelas Comercio de alimentos Ltda, CNPJ: 07.306.828/0008-98, com o preço total nos produtos em que foi vencedora de R\$ 5.015,61; Empresa 02- CL Casa da Limpeza Ltda, CNPJ: 04.099.002/0001-30, com o preço total nos produtos em que foi vencedora de R\$ 9.971,90 e a Empresa 03- Atacadão S/A, CNPJ: 75.315.333/0171-84, com o preço total nos produtos em que foi vencedora de R\$ 10.012,36. Considerando tal resultado os participantes poderão interpor recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação deste, pelo email: imellondrinapr@yhahoo.com.br ou cei.iracemahelenecampregher@hotmail.com. Após este prazo não será recebido mais nenhum questionamento do processo em questão, o qual seguirá para contratação.

EXPEDIENTE

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo

Jornalista Responsável – José Otávio Sancho Ereno

Editoração: Juliana Maria Gonçalves – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4602

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - **E-mail:** jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br